

## Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Viva com um doze avos

Ninguém está com muita pressa para votar o Orçamento de 2025, principalmente, depois do bloqueio das emendas. A depender do mau humor dos deputados e senadores, a tendência é deixar para depois do carnaval.

## Federação em curso

Ganhou corpo nos últimos dias a ideia de uma federação entre União Brasil, Republicanos e Progressistas. A avaliação de alguns dirigentes é a de que, com 153 deputados, essas legendas ficariam muito mais fortes para sobreviver em 2026 e conquistar espaços na Câmara ainda este ano.

## Por aqui, tudo em paz

O Republicanos elegeu três deputados federais no Distrito Federal e todos convivem muito bem com a vice-governadora, Celina Leão, do PP, pré-candidata ao GDF. Eduardo Pedrosa, do União Brasil, já se apresentou como potencial candidato, mas Celina terá a preferência, uma vez que estará no cargo, pois Ibaneis Rocha tende a se desincompatibilizar para disputar o Senado.

## Recesso fiscal

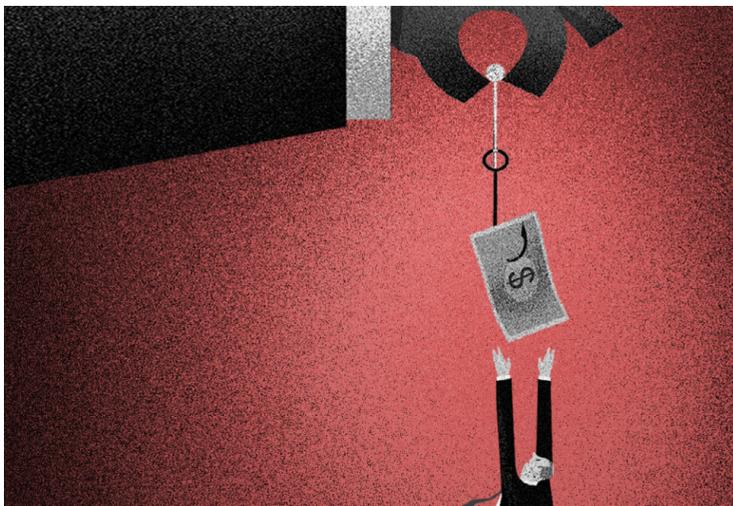
Os comandos militares estabeleceram meio expediente em Brasília nesse período de férias escolares. De segunda a quinta, o expediente é das 13h às 17h. E, na sexta-feira, de 8h ao meio-dia. A justificativa é economia de tudo, rancho, luz, material de consumo e lá vai.

## Se for a votos, passa

O baixo clero e líderes de oposição estão fechados com o fim das emendas de comissão, proposta discutida nos bastidores pelos deputados e publicada em primeira mão pela coluna. Marcel Van Hatten (Novo-RS) é direto: "Entre o sistema de emendas de comissão sem transparência ou a divisão igualitária entre todos os deputados, senadores e bancadas, eu prefiro, obviamente, a divisão igualitária", disse à coluna.

» »

Nesse caso, o governo que se prepare, porque não terá mais emendas de comissão a serem bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal, e os R\$ 4,2 bilhões retidos, que agora ajudam a reduzir o déficit fiscal, tendem a ir para as impositivas. Os deputados ainda não decidiram se irão aprovar a mudança logo para o Orçamento de 2025, ou para 2026, ano eleitoral.



## CURTIDAS

**Depois do 8 de janeiro.../** Relator da Reforma Tributária, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) espera um grande ato no Palácio do Planalto em comemoração à histórica aprovação do texto. A ideia é que seja na segunda quinzena de janeiro, quando os deputados já estarão em Brasília, nas negociações em torno da Mesa Diretora da Câmara e do Senado.

**Por falar em negociações.../** Governadores e prefeitos também devem baixar em Brasília para acompanhar de perto a tramitação do Orçamento da União deste ano, que ficou para ser votado neste novo período legislativo.

**Simone e o bugre vermelho/** A senadora Simone Tebet já está de volta ao trabalho, depois da pausa para a virada do ano, em Jericoacoara (CE). Em suas redes sociais, fez questão de ressaltar o turismo brasileiro e a hospitalidade. A foto, sobre um bugre com a cor do PT, deixou muito político de orelha em pé.

Instagram/Reprodução



**Torcida/** Primeiro domingo do ano e os brasileiros têm para o que torcer. O filme *Ainda estou aqui*, que levou mais de 3 milhões de brasileiros às salas de cinema, pode consagrar Fernanda Torres como a primeira brasileira a ganhar uma estatua do Globo de Ouro, hoje, no Beverly Hilton Hotel, em Los Angeles. A premiação começa a ser transmitida às 22h (hora de Brasília).

## PODER

## Mais turbulências à frente

A pressão do mercado por cortes de gastos, a alta da Selic e a perspectiva de aumento da inflação serão "pedra no sapato" do governo Lula

» VICTOR CORREIA  
» ISRAEL MEDEIROS

Com o dólar em patamares altos e incertezas sobre a saúde das contas públicas, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá novamente na economia uma de suas principais preocupações. As pressões do mercado financeiro por cortes de gastos, o alto patamar da taxa básica de juros — a Selic está em 12,25%, com alta programada para 14,25% até março — e a perspectiva de aumento da inflação são alguns dos desafios que o governo precisará vencer neste ano se quiser cumprir a promessa de fazer de 2025 o "ano da colheita", como prometido pelo petista.

Lula afirmou no fim do ano passado que as medidas tomadas em sua administração atual começarão a dar resultados mais efetivos. "Lançamos todos os programas que tinham que ser lançados e tenho dito aos meus ministros: nós já plantamos. Agora, 2025 é o ano da colheita. Vamos começar a colher o que plantamos. É um compromisso de honra meu. As coisas vão acontecer nesse país", declarou em entrevista ao *Fantástico*, da TV Globo.

Até o momento, o presidente conquistou avanços importantes em indicadores que afetam diretamente a população — e, consequentemente, sua aprovação. O desemprego atingiu o menor índice da série histórica no trimestre terminado em novembro, de 6,1%. A projeção do Banco Central para o crescimento do PIB em 2024 é de 3,5%, e a renda média e a massa salarial apresentam crescimento. Porém, como admitiu o próprio BC, a inflação vai estourar a meta estabelecida de 3%, com tolerância de um ponto percentual e meio para baixo ou para cima. A expectativa é que a taxa atinja 4,9% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor

YouTube/Reprodução



Lula e Haddad ensaiaram tom conciliador entre governo e mercado no fim do ano em vídeo com o presidente do BC, Gabriel Galípolo

Amplio (IPCA) — o máximo permitido pela meta é 4,5%.

O governo enfrentou, no entanto, uma onda de pessimismo nos mercados no segundo semestre. Em parte pela vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, com promessa de adotar políticas mais protecionistas — que, por consequência, podem sair caras ao Brasil — e, em parte, pela demora na definição, por conta do Executivo, do pacote de corte de gastos, que levou semanas para ser apresentado. No fim, as medidas de ajuste, anunciadas em cadeia de rádio e TV pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foram vistas como fracas por parte dos analistas do mercado.

Outra questão alimentou o pessimismo e a paranoia do mercado: junto com as medidas de cortes,

Haddad também anunciou a intenção do governo de cumprir a promessa de campanha de isentar de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Embora o ministro tenha deixado claro no anúncio que essa renúncia de arrecadação seria bancada pela taxa de quem recebe mais, diversos operadores do mercado financeiro reclamaram da falta de explicação sobre como a medida seria financiada.

Segundo Davi Lelis, da Valor Investimentos, o anúncio "desceu quadrado" porque o mercado entendeu que o governo estava tentando dourar a pílula dos cortes de gastos anunciando uma medida popular. Com isso, perdeu a chance de se posicionar enfaticamente a favor da responsabilidade fiscal. "Pareceu

que o governo estava fazendo patlanque, quando deveria estar endereçando de maneira mais séria o compromisso com a responsabilidade fiscal", pontua.

Essa medida não deverá sair do papel nos primeiros meses do ano, já que o Congresso tem outras prioridades, mas o assunto vai interferir na percepção do mercado das contas públicas, uma vez que o plano do governo é colocar a isenção em prática a partir de 2026. A ideia de compensar a renúncia de arrecadação com a taxa de quem ganha mais também causa preocupação no mercado.

"Não seria tão ruim se ele conseguisse compensar essa isenção fiscal com a taxa dos mais ricos. Mas no mundo, a gente já viu o que acontece quando a

gente tenta aumentar a taxa dos mais ricos, é muito difícil fazer isso sem ter uma fuga de capitais", afirma Lelis. Para ele, o governo deveria tentar se aproximar dos agentes do mercado financeiro e evitar reverberar o discurso de aliados que acusam os investidores de "especular em cima da população". "Quando o governo e o mercado andam juntos, a prosperidade se torna coletiva", frisa.

Com a sensação de dívida sobre a responsabilidade fiscal e a perspectiva de taxas maiores para quem ganha mais, a tendência é de que o dólar continue em patamares elevados em 2025. No fim de 2024, o cenário externo e a incerteza sobre o pacote de corte de gastos levou a moeda norte-americana ao seu maior patamar nominal na história.

Fechou o ano cotada a R\$ 6,18.

O dólar só ensaiou uma queda quando, em 11 de dezembro, piscou nos monitores de analistas de investimentos a notícia de que o já hospitalizado presidente Lula precisaria fazer uma nova cirurgia. Nesta data, a moeda norte-americana fechou abaixo dos R\$ 6 pela primeira vez desde 28 de novembro. (Leia mais na página 7)

A economista e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Carla Beni avalia que a sinalização geral não é boa, e que o governo terá dificuldade para avançar em sua agenda política — por exemplo, a expansão de programas sociais voltados à população de menor renda. Além disso, o mercado financeiro deve manter a pressão por mais cortes de gastos.

A redução no ritmo do crescimento real do salário mínimo, que ficou limitado a até 2,5% por ano, segundo Beni, também irá frear a recuperação do poder de compra nos próximos anos. Para Lula, o cenário que se desenha deve prejudicar sua plataforma de governo em um ano crucial. Historicamente, há um aumento no gasto público em anos pré-eleitorais, como 2025, e chegar ao ano da eleição com resultados robustos pode ser a diferença entre se reeleger ou deixar o cargo.

"O grande dilema é político, que já se viu forte neste ano que passou, mas deve se acirrar. Usando as palavras do presidente, é 'colocar o pobre no Orçamento'. Quando se faz isso, você melhora a qualidade de vida dessa população. Mas a sinalização para o ano, com inflação de custo, retração da economia, com a Selic e a diminuição na correção do salário mínimo vai de encontro com a plataforma com a qual o presidente foi eleito", enfatiza a economista. "A sinalização é de retirada do pobre do Orçamento", acrescenta.